

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO DESPOTO E DA EDUCAÇÃO FÍSICA E O ESPORTE OLÍMPICO FEMININO BRASILEIRO ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 E 1960.

Autor: Araujo, S. E. C.

Orientadora: Rubio, K.

Departamento de Pedagogia do Movimento do Corpo Humano – EEFE-USP

Órgão financiador: CNPq-PIBIC.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é investigar o contexto histórico da participação feminina brasileira em Jogos Olímpicos no período de 1932 a 1968 dando especial ênfase as políticas públicas que delimitavam as práticas corporais femininas tanto em âmbito escolar quanto esportivo.

DISCUSSÃO

A década de 30 foi um período em que o Brasil passou por grandes transformações políticas, econômicas e sociais. O País era dirigido pautado em um projeto de busca pelo desenvolvimento e o progresso da nação, no qual a indústria tinha um papel importantíssimo. A Educação Física e o Esporte eram identificados como meios para o desenvolvimento de aptidões físicas e para a formação do caráter dos jovens, preparando-os para desempenhar papéis desejáveis às mulheres e homens nessa nova nação em construção.

Fundamentada em idéias higienistas e eugenistas, a Educação Física concebia as mulheres, fundamentalmente, como “a esperança de reforma da futura geração”. Nesse sentido, as atividades físicas para as mulheres eram incentivados como um meio de aperfeiçoar a condição física, não sendo incompatíveis com as características tidas como femininas (recato, fragilidade, delicadeza, emotividade). O discurso médico prevalecia, ditando aquilo que era, ou não, adequado para as mulheres. “Poupando-as” de atividades com caráter competitivo, geradoras de fadiga excessiva – provocando efeitos “danosos” ao organismo feminino –, e conflitantes com a estrutura emocional das mulheres.

Após o Estado Novo, especificamente entre 1946 e 1968, nota-se que a forte influência higienista e eugenista sobre a Educação Física se arrefece – influenciada, em certa medida, pelos ideais da escola nova, mas também pela crescente preocupação do Estado com a performance esportiva.

Estes fatores promoveram grandes implicações na Educação Física que teria o esporte, ocupando o lugar das ginásticas, como seu principal conteúdo. Nesse período as competições esportivas escolares passam a ser admitidas como atividades regulares da Educação Física – tornado-se vitrine para a seleção de potenciais atletas.

É ainda desse período a regulamentação, talvez mais contundente do desporto feminino. Trata-se da Deliberação Nº 7, de 1965, do Conselho Nacional de Desportos – entidade criada em 1941 para zelar pela prática dos desportos em todo o país – que proíbe, entre outras modalidades, a prática do futebol pelas mulheres.

APONTAMENTOS

Uma das coisas mais interessantes sobre todos esses discursos que de um modo em geral restringem a prática feminina de esportes, buscando ao menos cercear seu caráter competitivo, é que foram proferidos, a maioria dos aqui citados, após 1932, ano da primeira participação brasileira feminina em uma Olimpíada. Isso sugere a premência de se investigar outros fatores deste contexto que podem ser determinantes para compreensão de como foi a entrada e consolidação da mulher brasileira nos Jogos. Tais como a origem das Atletas, nas primeiras edições dos Jogos nota-se um predomínio de atletas filhas de imigrantes de origem européia, além disso, vale a pena atentar para as modalidades as Atletas brasileiras representaram os Jogos até 1968 – não foram modalidades completamente vetadas. Por fim, pode-se indagar o quanto a ausência de políticas de fomento ao esporte feminino foi determinante na trajetória do esporte olímpico feminino brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta.** Campinas: Papirus, 2007

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Solvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 28-40.

GOMES, Ângela Maria de Castro et al. **Sociedade e política: (1930-1964).** 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História Geral da Civilização Brasileira).